

27 OUT 1994 *Economia - Brasil* PAULO CRAIG ROBERTS ESTADO DE SÃO PAULO
Brasil viverá o próximo "milagre" capitalista?

No dia 3 de outubro de 1994, os brasileiros elegeram um novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, um ex-esquerdista, que até recentemente era mais conhecido pelos seus escritos que explicam os problemas latino-americanos com a exploração pelo capitalismo internacional. Atualmente um convertido ao *supply-side*, Fernando Henrique é o autor do Plano Real, que introduziu uma nova moeda, o real, e a atrelou ao dólar. Desde 1º de julho, o real tem sido totalmente garantido pelas reservas internacionais que atualmente equivalem a aproximadamente US\$ 40 bilhões.

Os resultados têm sido impressionantes. A inflação caiu, de 45% ao mês, em junho, para apenas 2% ao mês, em setembro. Espantados com preços que aumentaram apenas lentamente e que, em alguns casos, até chegaram a diminuir, os brasileiros se apressaram a comprar carros, geladeiras e outros itens de grande porte que não conseguiam adquirir nos tempos em que seus rendimentos perdiam valor a cada dia que passava. Os varejistas ofereciam de tudo, de rádios a móveis, em troca de "três módicas prestações mensais sem juros" ou aceitando cheques pré-datados.

Os brasileiros — até recentemente tão desanimados que as pesquisas de opinião realizadas em julho davam ao candidato socialista Luiz Inácio da Silva, conhecido co-

mo Lula, um apoio de 40% — transferiram seu apoio para Fernando Henrique, que conquistou vitória eleitoral no primeiro turno com mais de 54% dos votos. Lula, em comparação, obteve 25%.

É possível que finalmente o Brasil, o maior país da América Latina, consiga colocar em ordem sua economia e sua política. Ainda encalhado no estado intervencionista, o Brasil tem se atrasado em relação a outros países, como Argentina, México e Chile, que estão fazendo suas transformações para o capitalismo. Nestas alturas, os brasileiros se

mostram cautelosamente otimistas, porque já tiveram suas esperanças despedaçadas antes.

Planos monetários e presidentes têm ficado pelo caminho. Em 1989, elegeram Fernando Collor, que tinha uma plataforma reformista, esperando que ele fosse o cavaleiro andante capaz de derrotar o dragão da inflação, colocar em ordem as finanças do governo e sustar a corrupção. Em vez disso, iniciou seu mandato com um maluco "plano de choque", que criou uma nova moeda, o cruzeiro, e congelou as contas bancárias da população durante 18 meses, na crença errada de que o volume existente de dinheiro seria a causa da inflação, e não a constante impressão de novas cédulas. Este plano de choque veio depois do Plano Cruzado do governo anterior, que criou a moeda cruzado, mas que não conseguiu

sustar a inflação por não abordar suas raízes: os gastos descontrolados do governo financiados pelas impressoras de cédulas.

Quando Fernando Collor de Melo chegou a adotar eficientes medidas antiinflacionárias, tais como a privatização de empresas estatais e reduções orçamentárias, ele já tinha feito muitos inimigos. Os ameaçados grupos de interesses, dos sindicalistas e intelectuais de esquerda, a empresários protecionistas, burocratas e políticos corruptos, se associaram e conseguiram seu impeachment por acusações de corrupção.

Depois da queda de Collor, o novo presidente empossado, Itamar Franco, praticamente sustou a privatização, ao mesmo tempo em que acelerou o ritmo da impressão de dinheiro para pagar os inflados salários governamentais. A inflação voltou a imperar enquanto as elites políticas voltaram a fazer seus negócios como sempre — roubando o dinheiro dos contribuintes.

No entanto, a situação foi desmascarada em outubro de 1993, quando suas tramóias passaram a ser conhecidas pelo grande público. Um vasto esquema de corrupção veio à tona, envolvendo congressistas, seis ministros e três governadores. O público ficou sabendo que deputados no Congresso rotineiramente propunham verbas para projetos públicos fantasmas e para agências igualmente fantasmas.

O Brasil dispõe agora de uma janela de oportunidade para impedir tais saques e se transformar numa economia de mercado. É encoraja-

dor o fato de o presidente eleito propor a redução permanentemente dos gastos governamentais para garantir um sucesso duradouro para o Plano Real. No entanto, as pressões contrárias estão aumentando à medida em que funcionários privilegiados do governo exigem aumentos salariais e os bancos estatais brasileiros, que fizeram grandes empréstimos por motivos políticos, acumulam prejuízos igualmente enormes.

Cardoso promete fechar ministérios, "enxugar" bancos deficitários e fazer emendas na Constituição para privatizar muitas empresas estatais. Ele vê com bons olhos os investimentos estrangeiros em áreas anteriormente reservadas para o Estado, tais como o petróleo, a geração de eletricidade e as telecomunicações.

Parece que as chances de Cardoso conseguir uma grande reforma são melhores que as de seus antecessores. Os primeiros resultados eleitorais mostram que sua coalizão política pode ter ganho a maioria no Congresso, e sua grande margem lhe deu um considerável capital político que poderá usar para forçar a adoção de reformas.

Se o presidente eleito puder derrotar os estabelecidos grupos de interesses, que se beneficiam do Estado intervencionista, o Brasil poderá deixar de ser o eterno "país do amanhã", se transformando numa promessa ainda hoje.

■ *Paul Craig Roberts é um economista do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, com sede em Washington*